



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
MINISTRO DAS FINANÇAS



Apresentação da Proposta de
ORÇAMENTO DO ESTADO 2017

14.10.2016

*Um país mais justo,
um orçamento responsável,
amigo das famílias e das empresas.*



POLÍTICA ECONÓMICA E ORÇAMENTAL

**RECUPERAÇÃO DE
RENDIMENTOS**

**CAPITALIZAÇÃO DAS
EMPRESAS**

**ESTABILIZAÇÃO DO
SISTEMA
FINANCEIRO**

A proposta de Orçamento do Estado para 2017

assegura

rigor na execução da despesa pública

apoio ao investimento

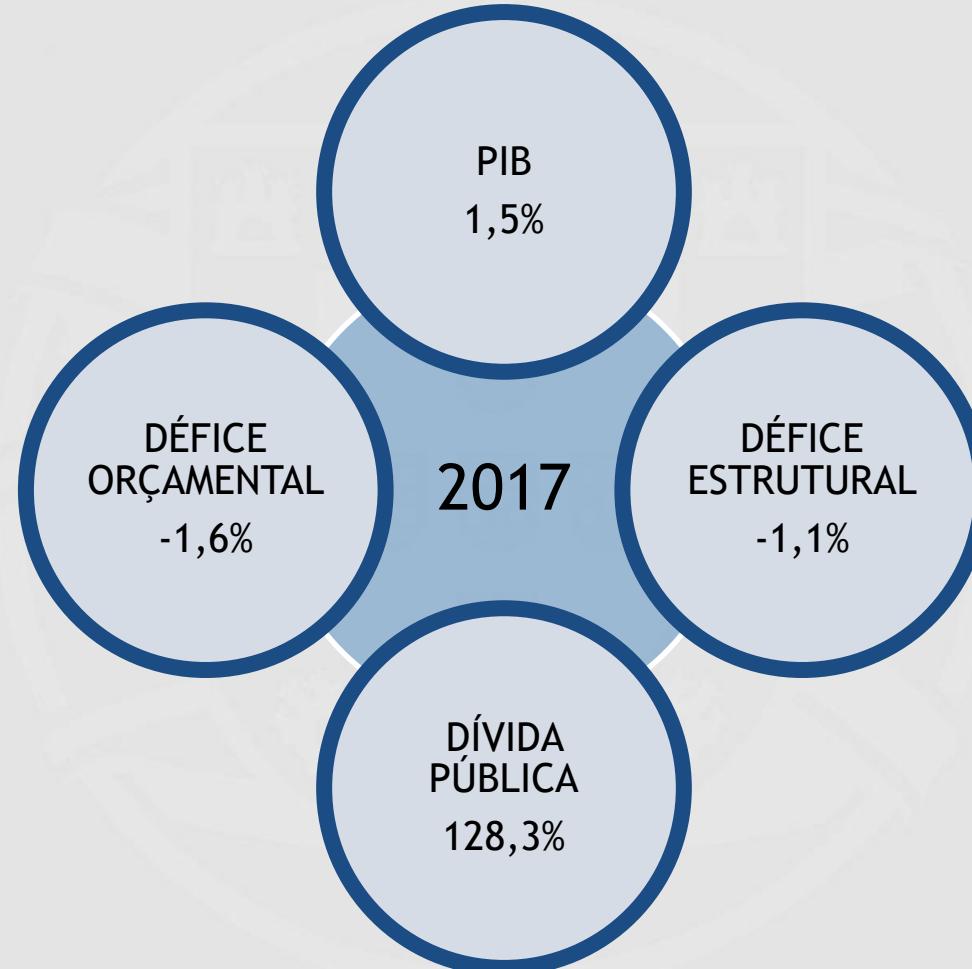
estabilidade fiscal e combate à fraude e evasão fiscais

melhoria na gestão dos recursos da administração pública

a prossecução do Programa Nacional de Reformas



PRINCIPAIS INDICADORES PARA 2017



PRINCIPAIS INDICADORES PARA 2017

Dívida Pública	
2015	129
2016	129,7
2017	128,3

Défice	
2015	4,4
2016	2,4
2017	1,6

PIB	
2015	1,6
2016	1,2
2017	1,5

Ajustamento Estrutural	
2015	-0,5
2016	0,2
2017	0,6

Taxa de desemprego	
2015	12,4
2016	11,2
2017	10,3

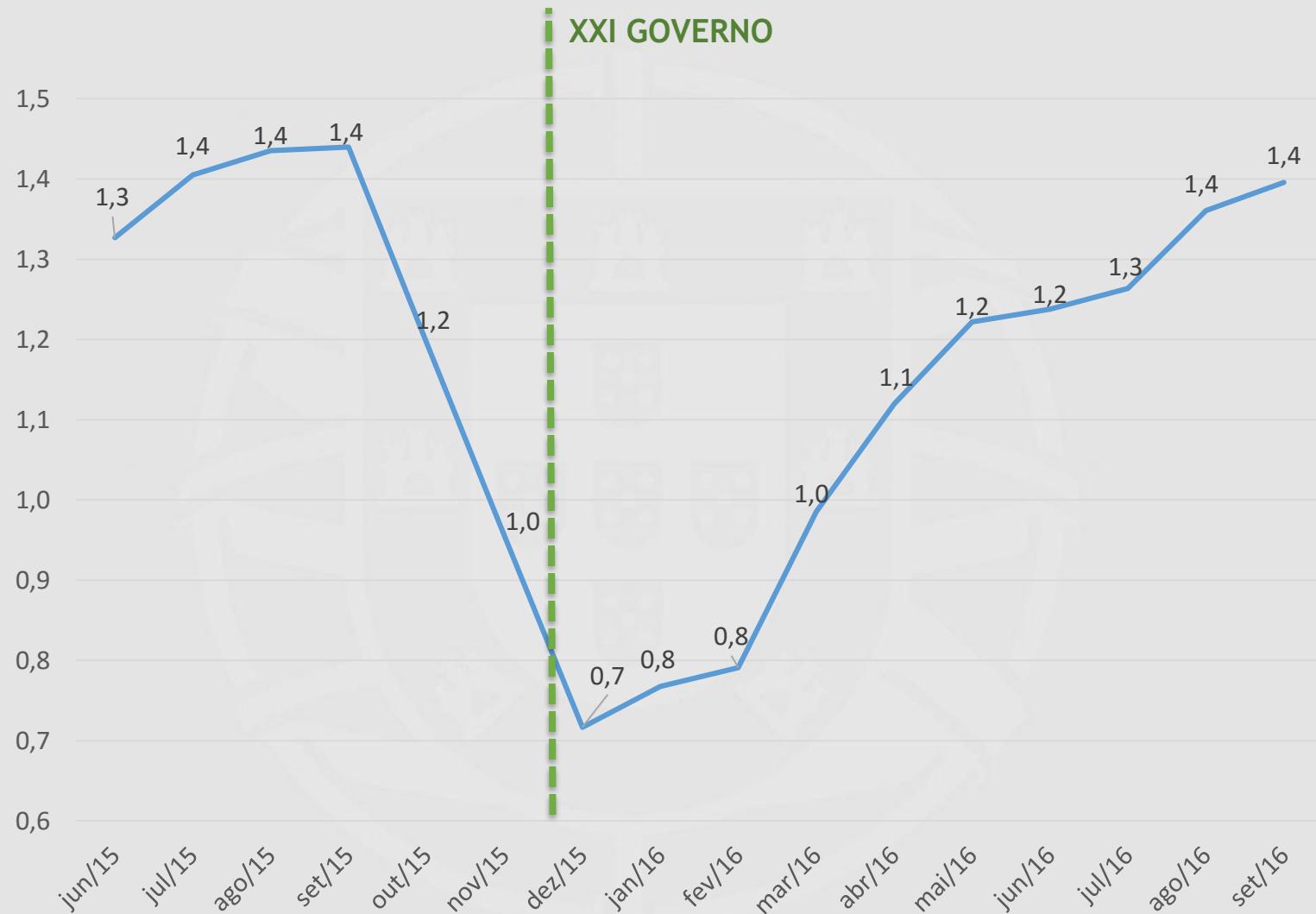
— 2015 — 2016 — 2017

HIPÓTESES EXTERNAS

	2016	2017
Procura externa relevante (fonte: FMI)	2,4	4,2
Crescimento do PIB da UE	1,8	1,9
Preço do Brent (USD/barril)	44,4	51,3

As hipóteses externas melhoraram em 2017.

INDICADOR DE CLIMA ECONÓMICO



Fonte: INE

PRODUTO INTERNO BRUTO

	2016	2017
PIB	1,2	1,5
Consumo privado	2,0	1,5
Consumo público	0,6	-1,2
FBCF	-0,7	3,1
Exportações	3,1	4,2
Importações	3,2	3,6

Crescimento do emprego: 1%

Redução da taxa de desemprego: -0,9 pp (10,3% em 2017)

Aumento da produtividade do trabalho: 0,5%

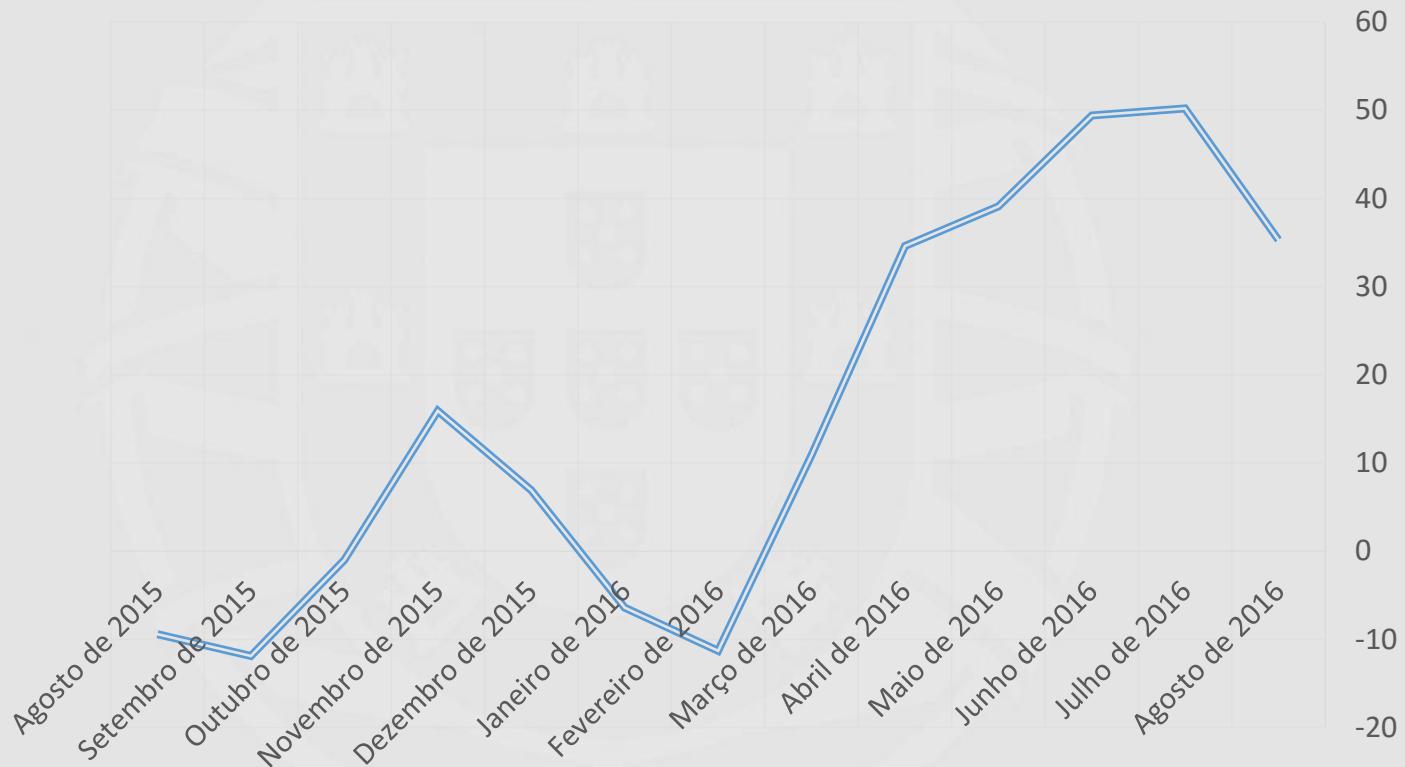
Salários nominais por trabalhador: 1,3%

- setor privado: 1,4%
- setor público: 1,8%

Custo unitário do trabalho evolui em linha com parceiros comerciais

EVOLUÇÃO DO EMPREGO

EMPREGO ACELERA CRESCIMENTO DO EMPREGO



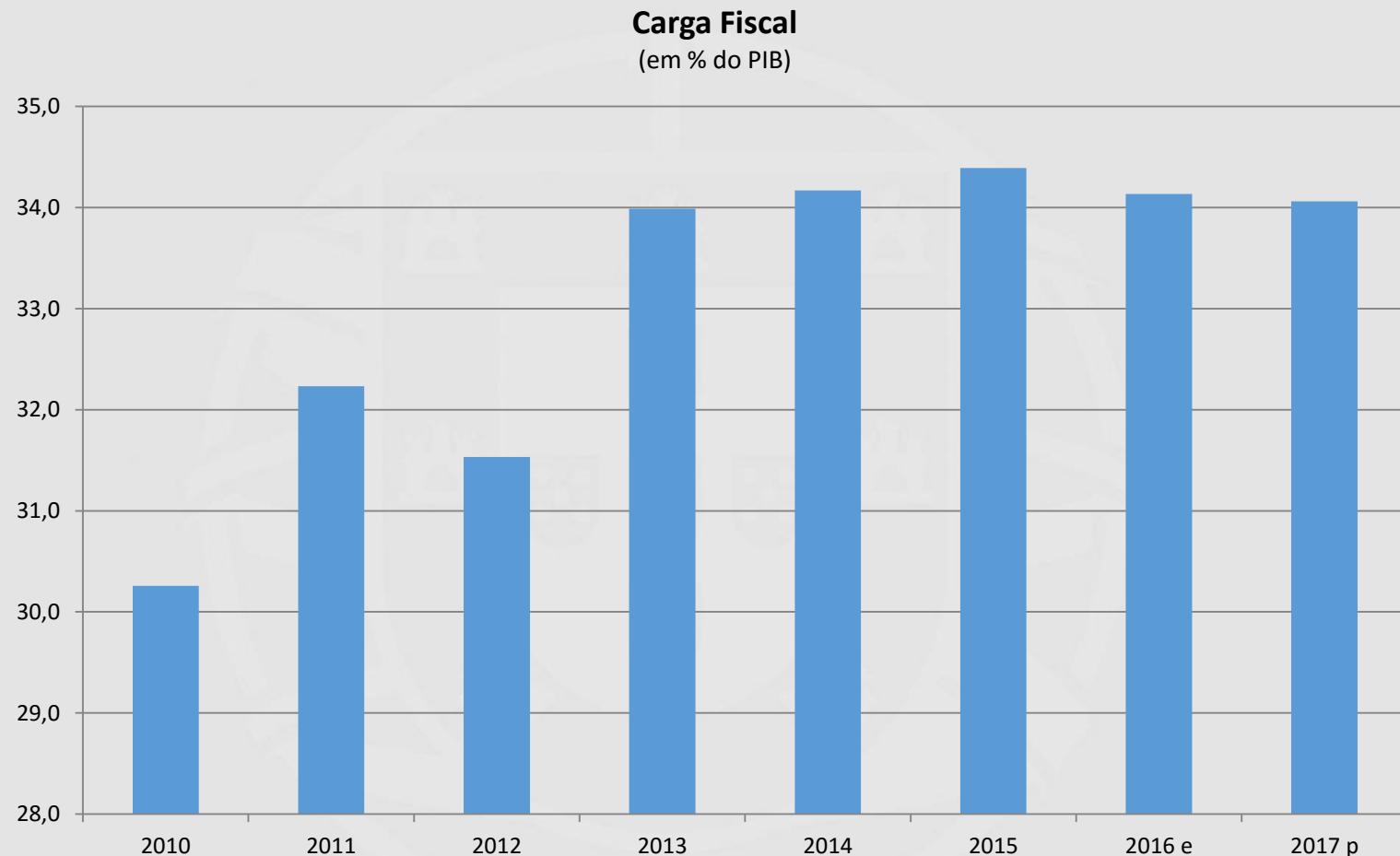
	Variação	
	2016	2017
RECEITAS FISCAIS		
Impostos sobre a produção e importação	4,8	3,0
Impostos sobre rendimentos e património	-2,4	2,5
DESPESAS (taxa de variação, em %)		
Com pessoal	2,1	1,3
Consumo intermédio	2,5	0,8
Formação bruta de capital fixo	-16,1	21,9
DÉFICE	-2,4	-1,6
DÍVIDA	129,7	128,3

Necessidade de
financiamento reduz de
2,4% para 1,6%

Maior saldo primário
positivo: 2,8%
(1,9% em 2016)

Dívida pública cai para
128,3%
(1,4 pp face a 2016)

PRINCIPAIS EIXOS	MEDIDAS EXEMPLIFICATIVAS
Facilitar a vida às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • IRS automático • Simplificação administrativa (IMI e ISV)
Promover a equidade fiscal	<ul style="list-style-type: none"> • Regime de tributação conjunta
Apoio às empresas e ao investimento	<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios fiscais relativos à instalação de empresas em territórios do interior • Terminar com a exigência de pagamento antecipado de IVA nas importações
Incentivo a práticas amigas do ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Agravamento do IUC para veículos novos mais poluentes
Promoção da saúde pública	<ul style="list-style-type: none"> • IABA passa a abranger bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes
Combate à fraude e evasão fiscal	<ul style="list-style-type: none"> • Extinção de benefícios fiscais que envolvem pagamentos/recebimentos de paraísos fiscais



Fonte: INE/MF

ELIMINAÇÃO DA SOBRETAXA APLICÁVEL EM SEDE DE IRS





Incide sobre a soma do Valor Patrimonial Tributário dos prédios urbanos

Exclusões:

- € 600 000 para pessoas singulares, heranças indivisas e pessoas coletivas com atividade agrícola, industrial ou comercial para imóveis afetos ao seu funcionamento
- Prédios ‘industriais’, prédios licenciados para atividade turística bem como os que no ano anterior tenham estado isentos do pagamento de IMI



Sujeitos passivos casados ou unidos de facto podem optar pela tributação conjunta



Taxa de imposto de 0,3% e pagamento no mês de setembro do respetivo ano, sendo a receita do imposto consignada à Segurança Social



Possibilidade de dedução em sede de IRS e IRC

SUBSÍDIO DE NATAL POR DUODÉCIMOS

ELIMINAÇÃO DO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE NATAL DUODÉCIMOS

Pagamento de 50% em
novembro

Pagamento dos restantes 50%
em duodécimos ao longo do
ano

PRINCIPAIS EIXOS DO EXERCÍCIO DE REVISÃO DA DESPESA

- **Saúde:** renegociação de contratos com fornecedores; internalização de serviços na rede do SNS, limitando o recurso a empresas prestadoras de serviços médicos; combate à fraude (impacto: €135M)
- **Educação:** revisão de contratos de associação; esforço de racionalização do registo de turmas; centralização do processamento de vencimentos (impacto: €30M)
- **Compras públicas:** centralização dos procedimentos de aquisição de energia; novo modelo de contratação pública de serviços de transporte e alojamento (impacto: €17M)
- **Setor Empresarial do Estado:** novos procedimentos e novas regras para a elaboração e aprovação dos planos de atividades e orçamentos das empresas; novas ferramentas de acompanhamento e monitorização da execução dos orçamentos

OBJETIVO: alargar as pensões inferiores a 1,5 IAS que não foram atualizadas nos últimos 5 anos.

Até ao final de 2017, todas as pensões entre 275€ e 628,28€ terão um acréscimo mínimo de 10€



Janeiro:

- Atualização segundo a fórmula em vigor, passando o 1.º escalão a incluir todas as pensões até 2 IAS



Agosto:

- todos os pensionistas com direito a atualização extraordinária terão um aumento de 10€ relativamente a dezembro de 2016

